

**UM OLHAR PARA OS PROJETOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE S. PAULO* NA
PERSPECTIVA BAKHTINIANA DE GÊNERO DO DISCURSO**

Assunção Cristóvão¹

RESUMO: Sob o viés teórico bakhtiniano, este artigo analisa os projetos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*. Foram observados aspectos como léxico, a utilização de modalidades e sua inserção no quadro de discurso primário e/ou secundário proposto por Bakhtin, para, finalmente, ser conferido o estilo pelo qual o jornal é conhecido nacionalmente.

PALAVRAS-CHAVES: gênero do discurso; estilo; *Folha de S. Paulo*.

ABSTRACT: Under the Bakhtinian theoretical viewpoint, this paper analyses the newspaper *Folha de São Paulo*'s editorial projects. Aspects such as lexicon, the use of modal verbs and their insertion in the panorama of primary and/or secondary discourse, as proposed by Bakhtin, were observed, in order to, finally, verify which by style the newspaper is nationally known.

KEYWORDS: discourse genre; style; *Folha de S. Paulo*.

Durante anos circulou na Internet um texto de viés irônico, de autor desconhecido, contendo manchetes sobre como jornais e revistas noticiariam o fim do mundo. Uma parte dele tratava da versão de alguns jornais brasileiros para o acontecimento, desta forma:

O Globo: Governo anuncia o fim do mundo

Jornal do Brasil: Fim do mundo espalha terror na zona sul

Folha de S. Paulo: (ao lado de um imenso infográfico): Saiba como vai ser o fim do mundo

O Estado de São Paulo: CUT e PT envolvidos no fim do mundo

Correio Brasiliense: Congresso vota constitucionalidade do fim do mundo

Era uma brincadeira, mas não há como negar: cada veículo de comunicação traz em si uma marca que o define junto ao grande público, tanto em seu posicionamento político-ideológico quanto em seu padrão visual. Ainda que se trocassem os nomes dos veículos, bastaria reproduzir o mesmo padrão gráfico, com os mesmos tipos de caracteres, posicionamento de fotos, de títulos e sobretítulos, para que fosse identificado o jornal em questão.

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – Araraquara; docente do curso de mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (Unincor). E-mail: assuncao.cristovao@gmail.com.

Assim como acontece com as pessoas, os jornais têm uma espécie de DNA que os torna únicos aos olhos de seus públicos. Mas para que haja um reconhecimento imediato de suas características são necessários alguns pré-requisitos, como a identificação espaço-temporal entre leitor e produtor do texto e a possibilidade de ambos serem capazes de situar-se em relação ao gênero do discurso utilizado; no caso do exemplo, manchetes de jornais. Está-se falando aqui de conceitos como cronótopo, gênero e dialogismo.

Tais características, que permitem o imediato reconhecimento do veículo de comunicação, são determinadas por estilos próprios de textos, fotos, artes gráficas e ainda outras, individuais e coletivas, de seus produtores; e por boa dose de planejamento anterior – administrativo, gráfico e/ou editorial – porque foram definidas pelos proprietários ou pessoas escolhidas pelos proprietários desses veículos.

Esse planejamento anterior, que pode ser reformulado em vários momentos da existência de um veículo de comunicação – ou sempre que se deseje uma mudança em suas características principais ou um reforço em seus rumos –, é definido no projeto editorial (PE) de cada veículo.

No caso do exemplo anterior, o autor do texto refere-se, ao mencionar a *Folha*, a uma particularidade verificada no jornal e levada a extremos, até como proposta do próprio jornal, principalmente a partir da década de 80, característica essa prescrita por seu projeto editorial de 1985, e que pode ser resumida como necessidade de didatismo. “Temos que ampliar o espaço da prestação de serviço no jornal e aumentar o grau de didatismo do material publicado”, afirmava-se naquele projeto, que acrescentava também:

[...] é fundamental que os textos partam sempre do pressuposto de que o leitor não está familiarizado com o assunto e pode nunca ter lido sobre ele antes. Tudo deve ser explicado, esclarecido, detalhado – de forma concisa e exata, numa linguagem tanto coloquial e direta quanto possível. A maior parte dos textos factuais não só comporta como pede um texto de memória, recapitulando o assunto e situando o leitor no contexto do fato.

[...] Temos que modificar a nossa mentalidade com relação a quadros, mapas, gráficos e tabelas. Até aqui eles vinham sendo utilizados como complemento eventual do texto. Agora eles passam a ser considerados como o meio de expressão sintética e veloz por excelência.

A rigor, tudo o que puder ser dito sob a forma de quadro, mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto. (PE, 1985).

A *Folha* levou essa característica a pontos extremos, como o de exigir que todas as pessoas entrevistadas fossem identificadas também pela idade – “Fulano de tal, 35”, por exemplo. Medidas como essa deveriam ser adotadas indistintamente em todos os textos, com o

objetivo de padronizá-los. “É preciso que essa unidade seja reconhecida pelos que leem a *Folha* e vivida pelos que a fazem”, orientava o projeto de 1985.

Nesse mesmo ano, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgava na seção “Primeira Leitura” do caderno Ilustrada, o “Projeto Editorial da *Folha* 1985-1986”. Era a primeira vez que um jornal brasileiro disponibilizava, para os seus leitores, o teor de um documento cuja circulação, até então, era restrita a seu público interno: jornalistas, editores, repórteres, diagramadores e outros profissionais envolvidos na sua produção editorial. Antes desse texto, a *Folha* já havia produzido três projetos editoriais de circulação interna: o de 1981, o de 1982 e o de 1984, além de um documento datado de 1978 que não chegou a ser divulgado publicamente (ressalve-se que o de 1982 também não foi divulgado na página da internet que consta das referências bibliográficas deste artigo). Depois desses, foram lançados e divulgados para os leitores do jornal, nos formatos impresso e *on-line*, as versões do projeto 1986-1987, de setembro de 1986; 1988-1989, de agosto de 1988; e a atual, datada de 1997.

Os projetos editoriais da *Folha de S. Paulo* fazem, então, parte de um processo desencadeado no jornal na década de 80, que gerou outros produtos além deles, como os manuais de redação, os sistemas de avaliação e ainda outros, conhecido com Projeto Folha. Os textos desses projetos editoriais são reveladores para o estudo do jornalismo brasileiro, tanto por seu vínculo com a história política e econômica do país quanto por suas ligações com a base empresarial dos grupos de comunicação. Mostram que o jornal possui uma visão dinâmica do jornalismo: só na década de 80, foram seis versões do projeto editorial, cada qual introduzindo novos elementos, novas posturas ou reformulando posições anteriores. Inicialmente, a *Folha* cogitou e, durante alguns anos, implantou uma periodicidade quase que anual na elaboração de seus projetos editoriais. Esse dinamismo sofrerá uma retração nas décadas subsequentes: apenas o projeto de 1997 representa a posição do jornal do início da década de 90 até este ano de 2012.

São esses os projetos que se tomam como *córpus*² da análise empreendida neste artigo. Serão observados sua organização, sua linguagem, bem como os recursos argumentativos mais utilizados. A análise visa a identificar algumas características do gênero projeto editorial a

² Usa-se, aqui, a grafia aportuguesada *córpus*, conforme preveem PRADO, J. B. T. Por uma normatização ortográfica de palavras latinas incorporadas ao português. In: Caderno de Letras da UFF, n° 35 – “Patrimônio cultural e latinidade” (ISSN 1413-053X). Niterói (RJ) UFF-Instituto de Letras, 1º. sem. de 2008, p. 37-48; e NEVES, M. H. M. O campus da discórdia. Língua Portuguesa, v. 31, p. 56-59.

partir desse corpùs, observada, é claro, sua característica de dinamicidade inerente à concepção bakhtiniana do termo.

Nessa análise, os projetos editoriais serão caracterizados como pertencentes ao gênero prescritivo e não ao informativo típico do jornalismo, porque não são produzidos com a finalidade de divulgação em veículo de informação de massa. Seu público-alvo privilegiado são os jornalistas do próprio veículo e seu objetivo principal é o de prescrever condutas, atitudes e posicionamentos, ainda que haja ênfase na argumentação com o intuito de convencimento.

Esse é o caso dos projetos editoriais da *Folha de São Paulo* (PEF), nos quais, a partir de uma análise conjuntural e contextual da política, da economia, do mercado, etc., traçaram-se metas, definiram-se normas de conduta e novas estratégias na abordagem dos textos que aquele jornal pretende que seus jornalistas produzam. Em poucas palavras: tais normas, metas e estratégias são voltadas para os produtores de textos jornalísticos.

De autoria de seu Conselho Editorial, uma autoria coletiva, portanto (em 1997 faziam parte do Conselho Editorial do Jornal *Folha de São Paulo* Clóvis Rossi, Celso Pinto, Carlos Heitor Cony, Luís Nassif, Jânio de Freitas, Gilberto Dimenstein e Marcelo Coelho), o projeto editorial é concebido como “um texto que sintetiza a visão que o jornal está tendo sobre o jornalismo mesmo, sobre os objetivos, as metas, os problemas a superar, etc. Esse texto, de certa forma, atualiza os pressupostos, os métodos, os objetivos que o jornal procura alcançar”, segundo definição de Otávio Frias Filho (apud ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 370). Os projetos visam ainda a definir as feições “ideológicas, políticas e técnicas” (SILVA, 1988, p.68) do jornal, ou a forma pela qual ele quer ser reconhecido, da mesma maneira que influenciarão os outros gêneros, a começar pelos *manuals de redação e estilo* que, por sua vez, determinam e detalham as orientações expressas nos projetos editoriais.

Em relação ao Projeto Editorial da *Folha* de 1997, que está em vigor até este ano de 2012, é ainda importante fazer uma breve descrição de sua estrutura e conteúdo, uma vez que os projetos anteriores, de certa forma, seguem estrutura semelhante. A íntegra dos projetos está disponível no *site* do jornal na Internet (www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml) e sua versão completa, incluindo as versões não oficiais, estão no volume de Anexos da tese de doutorado de Cristóvão (2011).

O texto do PEF/97 é composto por seis itens, mais uma introdução, intitulada “Caos da Informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático”, que apresenta o conteúdo

do que virá a seguir. Os seis itens que compõem o corpo do projeto são: “Um panorama de mudanças na economia, na política e nas ideias”; “Investimentos, novas tecnologias e pressões de mercado”; “Um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado”; “Seleção de fatos e compreensão de seus nexos num texto mais livre”; “Treinamento, reciclagem e combate sistemático a erros”; e “Crítica, pluralidade e apartidarismo num espaço em reformulação”.

No último parágrafo do texto introdutório, a *Folha* expõe a finalidade de divulgação do documento que, a princípio, estaria destinado ao pessoal “da casa”: “tornar público o compromisso do jornal com os valores e instrumentos por meio dos quais pretende melhorar a qualidade do serviço que vem prestando ao leitor e ao país”.

O PEF/97 faz também uma análise do mercado das comunicações, da tendência de fusão das empresas e de uma proliferação na oferta de veículos informativos, incluindo-se, aí, a Internet. Afirma sua descrença de que a Internet venha a substituir o jornal e defende a utilização de promoções mercadológicas, tais como agregar produtos de valor cultural ao produto jornalístico como estratégia para atrair novos consumidores. Mais tarde essa estratégia seria questionada, pois se observou que os leitores atraídos por essas promoções não são fiéis como os assinantes tradicionais, e estes se ressentem das inovações.

O tópico *Um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado* é o espaço que o projeto utiliza para fazer a autocrítica da imprensa, a partir das acusações que lhe são feitas pelos próprios leitores: superficialidade, caráter invasivo e pessimismo.

O PEF/97 atribui essas acusações a um aumento do posicionamento crítico do público-leitor, consequência de uma maior consistência democrática e de um marco histórico do país no qual a imprensa teve papel decisivo: o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. Esse projeto menciona também a necessidade de que os veículos de comunicação possam funcionar como “âncoras de referência geral”, diante da “balbúrdia informativa”, e propõe que a *Folha* seja um jornal “útil”:

[...] a utilidade dos jornais crescerá se eles conseguirem não apenas organizar a informação inespecífica, aquela que potencialmente interessa a toda pessoa alfabetizada, como também torná-la mais compreensível em seus nexos e articulações, exatamente para garantir seu trânsito em meio à heterogeneidade de um público fragmentário e dispersivo. Em outras palavras, o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar.

É também nesse tópico que a *Folha* manifesta sua preocupação com a tendência que predominou nas últimas décadas de padronizar o texto jornalístico: “A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é consequência da evolução que estamos procurando identificar”.

A *Folha* propõe parcimônia para atingir esse estágio, estabelecendo como pré-requisitos para chegar até ele um maior domínio do idioma por parte de seus jornalistas, além de outros procedimentos que são tratados no tópico seguinte – *Treinamento, reciclagem e combate sistemático a erros* -, aquele no qual o jornal diz como pretende atingir os objetivos propostos.

No tópico conclusivo do PEF/97, a *Folha* lembra que, em projetos anteriores, propôs um jornalismo “crítico, pluralista e apartidário” e, a partir de então, aponta para a necessidade de uma revisão desses valores, “até com a finalidade de sacudir os automatismos fixados pelo hábito”.

Mas a subsunção do jornalismo à lógica de mercado, da qual fazem parte os interesses comerciais do jornal, não é assunto que a *Folha* pretenda encobrir, pelo menos é o que mostra o seu PEF/97, quando afirma que, principalmente após o *impeachment* do presidente da República em 1992, “firmou-se nos meios impressos o prestígio de um profissionalismo independente, submetido apenas às forças de mercado” (grifo nosso).

Após discorrer sobre os objetivos do jornal para os anos seguintes, resumidos nas palavras *selecionar, didatizar e analisar*, o PEF/97 relaciona os vários fatores dos quais depende o êxito da transição entre o antigo modelo e o proposto. Entre eles, o projeto diz que o êxito “depende da capacidade das empresas para preservar e ampliar a distinção entre seus interesses econômicos e sua autonomia editorial, compreendendo que esta convém àqueles” (grifo nosso).

Gênero

A concepção bakhtiniana aqui utilizada para a análise será a que considera gênero do discurso “qualquer enunciado considerado isoladamente”, “cada esfera da utilização da língua” ao elaborar “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279).

A respeito dessa forma singular de ver os enunciados, afirma Bonini:

A forma de ver o tipo de texto de Bakhtin inova com relação aos clássicos, no sentido de que insere uma perspectiva de interação em uma perspectiva sócio-histórica. Embora entreveja a forma como faziam os gregos, é sempre com relação a uma adequação contextual, e não como fórmula abstrata e independente do falante (autor). (BONINI, 1999, p.5).

O posicionamento teórico aqui adotado também considera que a concepção bakhtiniana de gênero dá conta de um hibridismo atualmente verificável nos mais variados tipos de textos, sejam artísticos ou utilitários, até porque, além da amplitude coberta por esse conceito de gênero e que o faz abarcar uma multiplicidade inesgotável de enunciados, ele está ancorado no princípio fundamental da concepção bakhtiniana da linguagem: o dialogismo, que não pode ser dissociado do conceito de gênero até porque o diálogo, à maneira que dele fala Bakhtin, é parte constituinte de todo discurso, neste caso, o projeto editorial.

Para Fiorin,

Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face. Ao contrário, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Ademais, não se pode pensar o dialogismo em termos de relações lógicas ou semânticas, pois o que é diálogo no discurso são posições de sujeitos sociais, são pontos de vista acerca da realidade. (FIORIN, 1997, p. 229/230).

Ao denominar gêneros do discurso os tipos “relativamente estáveis de enunciados”, Bakhtin (2000, p. 279) refere-se a fenômenos linguísticos ou a enunciados reconhecíveis por conservarem certa estabilidade na manutenção de elementos tais como o conteúdo temático, a configuração formal e o estilo verbal (representado pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais). O usuário da língua conhece essa estabilidade, sabe diferenciar os diversos gêneros, o que permite utilizá-los sempre que necessário, tanto para realizar os atos de produção quanto de interpretação do enunciado.

Quando se fala em gêneros, mais do que qualquer outra ideia, veem-nos à mente as distinções entre gêneros literários. Foi também nessa linha que os estudiosos, sobretudo da literatura, se concentraram ao estudar o gênero. Afinal, pergunta Bakhtin:

...como colocar no mesmo terreno de estudos fenômenos tão díspares como a réplica cotidiana (que pode resumir-se a uma só palavra) e o romance (em vários tomos), a ordem padronizada que é imperativa já por sua entonação e a obra lírica profundamente individual, etc? (BAKHTIN, 2000, p. 280).

É aí que Bakhtin propõe uma classificação nos gêneros, passando a considerar “... a diferença essencial existente entre o gênero do discurso **primário** (simples) e o gênero do discurso **secundário** (complexo), definindo os primeiros como aqueles que têm uma (...) relação direta com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” ou aqueles “que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea”. Já os gêneros secundários do discurso “- o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita” (BAKHTIN, 2000, p. 281).

O texto *Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica)*, assinado por Voloshinov/Bakhtin, trata da mesma distinção, porém, sob uma perspectiva que leva em conta a relativa autonomia do discurso escrito, em oposição à relação simbiótica do discurso do cotidiano com a situação extra-verbal. Nesse texto, o autor aponta as diferenças entre o discurso do cotidiano e o discurso literário, os quais chama, respectivamente, de discurso na vida e discurso na arte. Em relação ao primeiro, diz:

Na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação. (BAKHTIN, 1976, p. 5).

Já em relação ao discurso na arte, Voloshinov/Bakhtin diz ser

[...] imediatamente óbvio que o discurso na arte não é nem pode ser tão estreitamente dependente de todos os fatores do contexto extraverbal, de tudo aquilo que é visto e sabido, como na vida. Uma obra poética não pode confiar em objetos e eventos do meio imediato como coisas ‘entendidas’, sem fazer mesmo a mais ligeira alusão a elas na parte verbal do enunciado. A esse respeito, muito mais é exigido do discurso na literatura: muito do que poderia permanecer fora do enunciado na vida precisa encontrar representação verbal. Nada deve ser deixado não dito numa obra poética do ponto de vista pragmático-referencial. (BAKHTIN, 1976, p. 11).

Essa diferença, fundamental entre os dois macrogêneros, ou entre o gênero primário e secundário ou, ainda, entre o discurso na vida e o discurso na arte, não chega a afetar a relação inequívoca entre os tipos de discursos e que também os relaciona a todos.

Ao contrário, para o autor, a linguagem utilitária é a base de sustentação da linguagem artística. Para “alcançar um entendimento do enunciado poético, como uma forma de comunicação estética especial, verbalmente implementada”, é necessário antes analisar “em

detalhes certos aspectos dos enunciados verbais fora do campo da arte – enunciados da **fala da vida e das ações cotidianas**, porque em tal fala já estão embutidas as bases, as potencialidades da forma artística” (BAKHTIN, 1976, p.4).

Observar as distinções entre os gêneros primários e secundários, ainda que um seja a base do outro, é, para Bakhtin, importante teoricamente. Na visão do autor russo, só assim se alcançaria a natureza “complexa e sutil” do enunciado e se chegaria aos seus aspectos essenciais.

Bakhtin acrescenta ainda outra definição importante aos estudos linguísticos, que é a visão de *enunciado*, distinguindo-a da de *oração* (2000, p. 295). O enunciado, para ele, teria uma delimitação precisa que é a alternância dos sujeitos do discurso. É o princípio do dialogismo, que perpassa toda sua obra, e também está presente no estudo do gênero, já que o locutor, ao enunciar e, portanto, ao dialogar, o faz a partir da escolha de um gênero do discurso; tal conceito, para o autor, é de fundamental importância nos estudos da linguagem.

O conhecimento do jornalismo

Segundo José Marques de Melo (1994, p. 36), “o maior desafio do jornalismo como campo do conhecimento é sem dúvida a configuração de sua identidade como objeto científico”. O conhecimento sistemático de seus processos, as particularidades de seus mecanismos de produção e de expressão, assim como os efeitos de suas práticas num público heterogêneo, são caminhos necessários para configurar cientificamente essa atividade profissional. O estudo dos seus gêneros linguísticos também almeja esse objetivo. Para Melo,

A preocupação com os gêneros jornalísticos integra-se [...] nesse esforço de compreensão daquilo que Todorov, no plano literário, chama de “propriedades discursivas”. O que constitui um ponto de partida seguro para descrever as peculiaridades da mensagem (forma/conteúdo/temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor/receptor) e político-econômicas (instituição jornalística/Estado/corporações mercantis/movimentos sociais) que permeiam a totalidade do jornalismo. (MELO, 1994, p. 37).

Melo toma emprestados conceitos de Todorov para delimitar um ‘discurso manifesto’, ou seja, “processos, que envolvem de um lado as instituições jornalísticas e de outro as coletividades em que atuam, articulando-se necessariamente com o organismo social de que se

nutrem e se transformam” (MELO, 1994, p. 36/37) e que podem ser “imediatamente observáveis através do relato do real que constitui o seu traço marcante” (p. 37).

Neste ponto, convém deixar claros aqui os conceitos de real e de realidade de Bakhtin, que norteiam este artigo. Será adotada, como ponto de partida desta análise, a concepção bakhtiniana de que os signos manifestos nos discursos sociais “refletem e refratam” uma realidade. Diz Bakhtin, complementando essa ideia:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica [...]. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.* [...] Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua maneira. (grifos do autor) (BAKHTIN, 1999, p. 32-33).

A visão de real e de realidade aqui suposta é pré-requisito para o estudo em questão, é a base sobre a qual ele está amparado. Se o discurso social reflete e refrata o real, ele o faz de forma distinta em campos do conhecimento e de atuação social. O modo como se refrata e se reflete o real no discurso jornalístico, em especial no projeto editorial da *Folha de S. Paulo*; a maneira como se diferencia de outros discursos; quais são as suas particularidades; tais são os aspectos que interessa verificar neste momento.

O conhecimento da identidade de um texto, pela caracterização de seu gênero, permite o desvendamento de sua estrutura interna, revelando também, ao mesmo tempo, muito de sua ideologia. Grande parte dos projetos editoriais tem justamente o objetivo de sugerir normas que permitam atingir seus objetivos editoriais, mercadológicos, etc. Alguns limitam-se a ordenar as seções de um determinado veículo de comunicação, nem sempre entrando em detalhes sobre os motivos que determinaram tal escolha em detrimento de outra. É o que se verifica em alguns casos observáveis de projetos editoriais - disponibilizados inclusive na Internet - de pequenas publicações, revistas científicas ou de variedades e de alguns *sites* de notícias. Já os projetos editoriais de grandes jornais, revistas ou programas de televisão têm, além dessa característica, também a de revelar planos e programas de metas, o que justifica seu caráter de documento restrito ao público interno.

O gênero jornalístico

A partir da concepção bakhtiniana de gênero, tende-se a afirmar que os gêneros jornalísticos se situam na categorização de discurso secundário definida por Bakhtin, pois, conforme visto anteriormente, além de utilizarem formas elaboradas, são mediados por um veículo de comunicação e, no caso em estudo, por um jornal impresso, que utiliza a linguagem escrita.

Este trabalho opta, porém, por enquadrar os gêneros jornalísticos, ainda que numa gradação mais próxima do discurso secundário, em uma modalidade com ramificações no discurso primário, como se estivesse localizado num espaço intermediário entre o discurso primário e secundário. Primário, pela sua relação estreita com a realidade e com a realidade dos enunciados alheios, no dizer do próprio Bakhtin. A relação com o real, no sentido já apontado no início desta seção, é o próprio cerne do jornalismo, que também se utiliza de enunciados alheios para corroborar sua relação com o fato, que se supõe um fragmento da realidade. A utilização de enunciados de “outros” é uma constante no texto jornalístico e tem vários objetivos, entre os quais o de reforçar a imparcialidade do discurso, já que, dessa forma, quem está relatando, afirmando ou negando algo numa notícia passa(m) a ser o(s) protagonista(s) do fato e não o jornalista.

A notícia, que seria o gênero do qual se originam todos os outros em jornalismo, parte ou de um fato observado pelo jornalista ou relatado por uma fonte, ou seja, de sua relação direta com a realidade visível ou mediatizada por enunciados alheios, com a característica de ser uma informação nova ou ainda não conhecida pelo público. Vale lembrar aqui, pela utilização seguida do termo “realidade”, as considerações já feitas anteriormente ao termo.

A relação com o contexto e a autossuficiência ou não do discurso também são fatores que enquadram o discurso jornalístico nas definições do discurso primário e secundário. Se, por um lado, durante a sua produção, é necessário introduzir elementos que permitam ao leitor situar o contexto em que se localiza o fato a ser narrado, por outro lado é sabido que uma notícia, lida a partir de uma distância temporal ou espacial, apresenta dificuldades de entendimento, já que é apenas um fragmento de um processo histórico mais amplo, e para a narração desse fragmento podem ser omitidas informações que se supõem conhecidas de um público determinado. É necessário que os sujeitos envolvidos no processo de interlocução

conheçam alguns aspectos relacionados a um determinado tempo e espaço para reconhecer a notícia. Uma manchete, por exemplo, como “Morre o presidente da República” só terá um mesmo significado para todos os leitores se emissor e receptor compartilharem o mesmo momento no tempo e uma mesma abrangência espacial.

Mas o discurso jornalístico tem também uma boa dose do que Bakhtin classifica como pertencente ao gênero secundário, no sentido de aparecer “em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída”. Ainda que a tônica do discurso jornalístico padrão, representado pela notícia (também o gênero jornalístico, aparentemente, menos complexo), seja a simplicidade, traduzida em aspectos como a utilização da ordem direta do discurso, do léxico simples e acessível ao público leigo, seu desenvolvimento foi amparado em observações e estudos que visavam à facilidade e à rapidez na recepção da informação. Os manuais de redação e estilo visam também a discriminar essa elaboração e a determinar aos jornalistas aspectos relacionados a todas as fases de execução de um jornal. Em relação a isso, por exemplo, o *Manual de Redação da Folha* estabelece várias normas, em consonância com seu projeto editorial, para definir detalhes de um bom texto; ele determina, por exemplo, que a identificação do *gancho* - a informação que mais interessa ao leitor – deve ser o ponto de partida para a redação do *lead*, ou lide, o primeiro parágrafo de uma matéria. Diz o *Manual de Redação* (2001, p.29):

É preciso atentar também para o fato de que muitas vezes o lide de uma notícia não deve antepor ao próprio fato quem ou o que produziu o acontecimento. Assim, evite lides de tom oficioso, como: “O governo vai editar na próxima semana uma medida provisória liberando o preço das mensalidades escolares”. A notícia é: “As mensalidades escolares serão liberadas a partir da próxima semana por medida provisória do governo”.

Só que, no caso do jornalismo, ao contrário dos gêneros mais elaborados de discurso, a forma tem como objetivo primeiro facilitar a recepção do conteúdo. Alguns dos procedimentos adotados para essa finalidade são, segundo Lage, a “redução de itens léxicos” e a adoção de “regras operacionais”:

A produção de textos pressupõe restrições do código linguístico. A redução do número de itens léxicos (palavras, expressões) e de regras operacionais postas em jogo não apenas facilita o trabalho, mas também permite o controle de qualidade. (LAGE, 2003, p. 35).

Em relação à escolha lexical, diz Lage:

Do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível. É mais acessível para as pessoas de pouca escolaridade e, mesmo para as que estudaram ou lidam constantemente com a linguagem formal, permite mais rápida fruição e maior expressividade.

No entanto, o registro formal é uma imposição de ordem política, esteja ou não em lei. A pressão social valoriza o seu emprego e qualifica de erro todo desvio. E nem é o caso de se afrontar cegamente esta imposição: ela se confunde com a ideia de nação, ou de cultura diferenciada, além de permitir que a língua nacional se transforme mais lentamente (em lugar de transmutar-se a cada geração) e que as inovações sejam testadas antes de incorporar-se ao dicionário ou à gramática [...] (LAGE, 2003, p. 37-38).

Lage aponta aqui, de forma tangencial, uma importante característica do jornalismo: seu papel na manutenção da ordem vigente, seu compromisso com a estabilidade, seja em seus aspectos de destacar como notícia apenas aquilo que é considerado “desvio”, seja nos seus traços mais formais, como o da estratégica utilização da norma culta para atingir um número maior de pessoas.

Ser acessível a um contingente grande de pessoas é o que justifica, no jornalismo, a adoção de um registro linguístico que suplante variações regionais, culturais, de formação educacional. Assim, com o objetivo de ser entendido por um público heterogêneo e, de certa forma, indeterminado, o texto jornalístico adota, como acentua Lage, “a conciliação entre esses dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social” (LAGE, 2003, p. 38). Para o autor, a linguagem jornalística “é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que *são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal*” (LAGE, 2003, p. 38) (grifo do autor).

É simplificador, entretanto, imaginar que o formato do texto jornalístico visa unicamente à transmissão mais direta do conteúdo a um número maior – e indistinto – de leitores, telespectadores e ouvintes.

Está claro que as escolhas adotadas no momento da produção jornalística referente à elaboração do texto, com ênfase na produção industrial, na técnica, no controle de qualidade e na recepção instantânea do conteúdo trazem em si, não apenas um, mas vários sentidos, implícitos ou explícitos. É preciso chamar a atenção para o fato de que essas técnicas, por serem quase industriais, reduzem a individualidade do autor e, portanto, do estilo que caracteriza o formato dos textos mais elaborados, como os literários.

Dessa forma, podemos dizer que é na ausência de uma elaboração maior que consiste a sua verdadeira elaboração. Sua objetividade é fruto de alguma complexidade, geradora de um

efeito de sentido que exclui a subjetividade e expõe unicamente os fatos: é como se o autor não estivesse presente nos textos, mas estes fossem compostos apenas pelos fatos, objetivos, e seus personagens; portanto, esses textos expressam o sentido da verdade, são fatos e personagens verdadeiros.

Recursos prescritivos

Feitas essas considerações, opta-se, então, por considerar o projeto editorial um texto de finalidade prescritiva, assim como bulas de remédio ou receitas culinárias. Como aqueles, o projeto editorial parte de uma situação ideal final para descrever as etapas e os procedimentos necessários para se chegar até ela, fazendo com que o receptor conclua que as técnicas e prescrições sugeridas são o melhor caminho para se atingir a situação final ideal.

No caso do projeto editorial da *Folha de S. Paulo*, para atingir sua característica prescritiva, como estratégia de convencimento sobre a necessidade de adoção dessas normas, a *Folha* vai fundamentar sua posição editorial com argumentos, não deixando espaço para dúvidas e questionamentos. Vários artifícios são utilizados para esse fim. Para a finalidade deste trabalho, foram selecionados aspectos relacionados ao discurso de autoridade como efeito de sentido e à pessoa verbal, aparentemente aqueles que mais sobressaem na análise dos textos.

Argumento de Autoridade – Modalidades

O projeto editorial da *Folha* encontra-se eivado de um tipo de manifestação discursiva que, revelada, ajuda o leitor a perceber certas estratégias enunciativas do jornal, principalmente a de imprimir valor de verdade à análise do momento histórico em que o texto foi produzido e à da situação da imprensa. Essa manifestação discursiva consiste na utilização de modalidades.

O texto “A modalidade”, de Maria Helena de Moura Neves (in: KOCH,1996, p.161) relaciona várias definições de modalidade, feitas por diversos autores:

- 1) O modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa (QUIRK, 1985).
- 2) Operação de assunção, pelo enunciador, do conteúdo proposicional de seu enunciado em relação a um evento ou a uma certa relação intersubjetiva distinguindo, assim, o *dictum*, ou conteúdo de pensamento, do *modus*, ou

atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo (SAINT-PIERRE, 1922, p. 1).

3) A relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado (MAINGUENEAU, 1990, p. 8).

Para Ingedore Koch ,

[...] consideram-se **modalizadores** todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Estes elementos caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso. (grifos do autor) (KOCH, 1984, p. 138).

Vejam-se alguns exemplos do uso dessas modalidades no PE da Folha de 1997:

..., o jornalismo sofre necessariamente o primeiro impacto dos fatos.

Até por isso convém que...

..., num mundo que tende inevitavelmente à “globalização”.

Esse tipo de manifestação de modalidade é definido como *avaliação epistêmica*, aquela que “se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) **certo**, se estende pelos limites e indefinidos graus do **possível**. A língua dispõe de uma série de expressões para relativizar os diversos pontos desse espaço, conforme convenha à intenção comunicativa” (NEVES apud KOCH, 1996, p.178).

Nessa gradação, ao analisar a situação histórica do país e do mundo, a *Folha* não deixa espaço a dúvidas. Ela usa recursos linguísticos que denotam certeza para afirmar peremptoriamente, por exemplo, que “o mundo tende à globalização”; que, “com a queda do Muro de Berlim, entrou em colapso a concepção maniqueísta”; que “a dualidade política foi substituída por um consenso”; tudo isso sem o uso de expressões – adjetivos, por exemplo - que poderiam sugerir um posicionamento que não a neutralidade na avaliação histórica.

O tópico 2 do Projeto Editorial – “Investimentos, novas tecnologias e pressões de mercado” – continua utilizando expressões modalizadoras epistêmicas, porém numa gradação mais próxima dos “graus do possível” do que do “absolutamente certo”.

Vejam-se os exemplos:

Tais grupos tendem a acumular poder.

O risco parece ser menos...

Fala-se em direito à não informação.

...é provável que ele venha a decair.

A certeza, as afirmações contundentes são amenizadas também por verbos e locuções menos incisivos como **poderá ser** ao invés de **será**, **sugerem** ao invés de **afirmam** e **pode-se objetar** ao invés da objeção direta.

No tópico 3, “Um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado”, as modalizações continuam sendo um recurso do texto da *Folha*:

Em vez de se voltar para o esclarecimento de processos complexos e contraditórios a imprensa opta [...] por pinçar seus fragmentos mais estridentes, praticando simplificações que só aparentemente refletem uma disposição crítica, na verdade conivente com as estruturas que finge ignorar.

Ou:

[...] está claro que uma resposta para os problemas do jornalismo contemporâneo terá de corresponder à sensibilidade de parcelas crescentes do público, que reclamam um emprego mais criterioso do poder de informar. (grifo nosso).

O texto desse tópico, uma mescla dos anteriores no que se refere à contundência das afirmações, é encerrado não com afirmações, mas com perguntas sobre como vencer os desafios para atingir os objetivos do projeto editorial.

É assim que o PEF/97 inicia seu quarto tópico – “Seleção de fatos e compreensão de seus nexos num texto mais livre”: encarregando os anos seguintes de responderem aos desafios, uma vez que, segundo o jornal, “não existe, evidentemente, uma forma de responder de antemão a todos eles”.

No tópico conclusivo do projeto editorial, ainda fazendo uso de elementos modalizadores, a *Folha* lembra que em projetos anteriores sugeria um jornalismo “crítico, pluralista e apartidário” e propõe uma revisão desses valores, “até com a finalidade de sacudir os automatismos fixados pelo hábito”.

A *Folha* encerra seu projeto editorial mantendo expressões que denotam certeza, como no excerto abaixo, que utiliza termos como *imperativo* e *necessidade*, abrandados pelo modalizador *provavelmente*:

A necessidade de adaptação nacional à dinâmica externa, imperativo aguçado na época que atravessamos, atualiza os problemas tradicionais de uma sociedade em que a divisão entre um setor integrado e um setor excluído nada tem de novo. Espelhar essa contradição e contribuir para que ela seja transposta, pela integração de seus termos na sociedade de mercado e na democracia política, é provavelmente a principal tarefa do jornalismo hoje, até

porque de seu sucesso depende a amplitude e mesmo a sobrevivência de um espaço público em reformulação. (grifo nosso).

Primeiro, o jornal aponta o panorama social como o enxerga, e depois coloca ao jornalista a tarefa de elucidá-lo perante seus leitores. Ora, se sua análise é a correta, não necessita, portanto, ser contestada – é o que fazem crer termos como “necessidade” e “imperativo”. Que jornalista ousaria questionar a necessidade de revelá-los, já que revelar a realidade é uma de suas principais tarefas, ainda que ela seja precedida de um termo como “provavelmente”?

Desta forma, intercalando com perguntas ou elementos de modalização que abrandam a plena convicção de afirmações, a *Folha* marca o seu projeto editorial com o discurso categórico, como se dissesse: “não somos nós que queremos as coisas desta ou daquela forma; é o panorama mundial, o mercado, o jornalismo moderno, enfim, são os fatos que impõem esse caminho, e a *Folha*, como representante do moderno jornalismo brasileiro, deve agir assim”. Os termos modalizadores mais próximos da gradação do possível aparecem, sempre, não para apontar dois caminhos possíveis ou desejáveis, mas para amenizar a única solução possível, apontada pelo jornal frente aos imperativos descritos na formulação do problema ou do processo que se está discutindo, como no excerto mostrado anteriormente.

Pessoa verbal

Assim como acontece na quase totalidade dos gêneros jornalísticos, o projeto editorial da *Folha de S. Paulo* tem como característica a utilização, principalmente, da terceira pessoa, ainda que do singular, ou o verbo na forma impessoal.

O uso da primeira pessoa do plural também é verificado de forma bastante acentuada, e poderia levar a crer que sua utilização acontece no mesmo sentido utilizado em obras científicas, quando, no dizer de Fiorin (2001, p. 96), “o enunciador usa *nós* porque não é um indivíduo que fala em seu próprio nome, ele tem atrás de si a comunidade científica, que fala em nome da Ciência, do Saber”. No caso dos projetos editoriais da *Folha*, ainda que utilizem recursos linguísticos que denotam certeza e autoridade, que poderiam ser confundidos com o saber científico, porque esse discurso também contém esses efeitos de sentido, o “*nós*” tem um outro objetivo. Ele aparece, quase sempre, no momento de o projeto cumprir a sua finalidade de

prescrição de tarefas ou condutas. Nesse momento, o enunciador parece assumir as tarefas propostas junto com o enunciatário, dando para este a impressão de parceria na execução das atividades/condutas/preceitos/orientações indicados, como nos exemplos a seguir:

Quem exige esse zelo rigoroso é o interesse do leitor, ele próprio cada vez mais exigente. Nós não temos alternativa exceto a intransigência técnica. Os companheiros que não exercem cargos de chefia precisam investir constantemente em seu próprio desenvolvimento profissional. (PEF/84).

...devemos estimular esforços no sentido de desenvolver uma atitude cada vez mais cética da reportagem em face dos fatos e das fontes. (PEF/85).

Precisamos insistir no fortalecimento de uma disciplina rigorosa de prevenção do erro jornalístico. (PEF/86).

Precisamos de títulos mais inteligentes, menos óbvios e mais criativos do que temos feito até aqui. (PEF/86).

Devemos aprimorar nossos mecanismos de seleção de profissionais, estimular a especialização jornalística, simultaneamente encorajar a versatilidade e evitar que o trabalho de cada um se fossilize no exercício prolongado demais de uma mesma ocupação (PEF/88).

Outras incidências da primeira pessoa do plural podem ser verificadas, embora em menor grau, em situações de autoelogio ou de autocrítica, sugerindo o abrandamento de uma atitude arrogante ou um indício de modéstia, no caso do autoelogio, já que o “nós” compartilha os eventuais sucessos e fracassos. Abaixo, exemplos dessas exceções, respectivamente nos projetos editoriais de 1981 e 1985:

Embora haja um sem-número de críticas que merecemos e que com frequência nos fazemos, o jornal representa atualmente muito mais do que já representou através de sua atuação e imagem públicas no passado.

Como profissionais de primeira linha que somos (e que pretendemos, cada vez mais, ser) sabemos ...

Mas, parece, o mais marcante dessa utilização das formas verbais é que todos os projetos, apesar de terem como marca principal o uso da terceira pessoa, utilizam, em algum momento, a terceira pessoa do plural. A única exceção é o projeto de 1997, que faz da impessoalidade a sua marca e em apenas três ocasiões refere-se explicitamente à *Folha* na terceira pessoa.

Pessoa subvertida é o nome dado por Fiorin ao mecanismo de neutralizar a primeira pessoa do singular utilizando a terceira. O autor lembra que esse recurso é frequentemente

utilizado em variadas situações discursivas além do jornalismo, como a linguagem oficial. “Quando se faz essa embreagem é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como papel social” (FIORIN, 2001, p. 84).

Na obra *O Regime de 64* (1988), o mesmo autor analisa procedimentos discursivos do período “revolucionário”. Diz Fiorin:

[...] quando o enunciador vai expor fatos relevantes para provar o que está afirmando, não se utiliza da primeira pessoa do singular, que cria um efeito de sentido de subjetividade, mas retira-se do discurso, escondendo-se atrás da neutralidade dos fatos (diz: ‘Isso é assim e assim’ e não ‘Eu penso que isso seja assim e assim’). (FIORIN, 1988, p. 125).

Como acontece no recurso argumentativo da utilização de modalidades, a opção pela terceira pessoa empresta ao texto um sentido de certeza às afirmações, provocando no leitor uma sensação de que as prescrições propostas são o único – ou pelo menos o melhor – caminho a ser seguido pelo jornal.

O uso da primeira pessoa cria um efeito de sentido de “subjetividade”, enquanto a sua não-utilização produz um efeito de sentido de “objetividade”. Se um cientista dissesse “Eu afirmo que a Terra é redonda”, isso poderia ser entendido como um ponto de vista pessoal. Entretanto, quando ele diz “A Terra é redonda”, é como se o próprio fato se narrasse a si mesmo. Nesse caso, temos a impressão de que uma verdade objetiva se estabeleceu. (FIORIN, 1988, p. 17).

Frases como as elencadas abaixo, extraídas do PEF/97, não teriam o mesmo impacto nem gerariam o mesmo efeito de sentido se fossem escritas na primeira pessoa do plural, como nos exemplos:

Os programas de qualidade se converteram em imperativo de gerência empresarial;

Uma só superpotência impõe seu predomínio ao mundo, quase todas as sociedades procuram se aproximar de seu modelo. Com pouca variação de grau, há só uma receita econômica (o mercado), uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que tende inevitavelmente à ‘globalização’; e

O modelo vitorioso se impôs pela eficiência com que produz bens e serviços, renunciando uma era de progresso e multiplicação de riqueza.

Em primeira pessoa, a sensação de subjetividade é ampliada, ainda que, como a **Folha** quer fazer notar, haja – ou tenha havido, no momento em que o PEF foi escrito - um consenso sobre seu conteúdo. Abaixo, as mesmas frases em primeira pessoa:

Acreditamos que os programas de qualidade se converteram em imperativo de gerência empresarial;

Para nós, é certo que uma só superpotência impõe seu predomínio ao mundo, que quase todas as sociedades procuram se aproximar de seu modelo. Com pouca variação de grau, achamos que há só uma receita econômica (o mercado), uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que, para nós, tende inevitavelmente à ‘globalização’; e

Parece-nos que modelo vitorioso se impôs pela eficiência com que produz bens e serviços, renunciando uma era de progresso e multiplicação de riqueza.

Ao analisar editoriais da *Folha de S. Paulo*, Discini comenta o aparente distanciamento do “eu” que fala:

Já que *dizer eu* constrói um efeito de subjetividade, tenta-se [...] desestabilizar esse efeito, para que os fatos pareçam narrar-se a si mesmos, sem, aparentemente, um narrador instalado no discurso. O editorial, então, quer parecer objetivo, parece, mas não é [...]. (DISCINI, 2003, p. 156).

É o mesmo artifício utilizado pela *Folha*, tanto nos seus editoriais, para transmitir o efeito de sentido de credibilidade aos leitores, quanto em seus projetos editoriais, com a mesma finalidade para outro de seus interlocutores, desta vez, o jornalista.

Conclusão

Sob a aparência da objetividade, própria do jornalismo, da imparcialidade, que também o constitui como pressuposto num jornal considerado sério em oposição ao sensacionalista, o Projeto Editorial da *Folha* utiliza mecanismos linguísticos reveladores de textos argumentativos e, mais do que isso, centralizadores, não no sentido de exercer uma pressão direta sobre seus jornalistas, mas sobre o conteúdo editorial dos seus textos e dos textos de outros profissionais de jornalismo da casa, no aspecto de que são subordinados à empresa. É, então, uma forma velada de exercício de pressão, uma vez que a própria finalidade do gênero – prescritivo – encobre o objetivo de pressão. Além do gênero, colaboram para essa finalidade a utilização de modalidades e do uso da pessoa verbal.

Todos esses aspectos, além de, efetivamente, o caráter das próprias prescrições, contribuem para que os projetos editoriais da *Folha* não apenas possuam o seu próprio estilo como ajudem o jornal a desenvolver a sua “marca registrada”, sua identidade, enfim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (org.). *Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M.. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. (1926) *Discurso na vida e discurso na arte*. Trad. para fins acadêmicos de Carlos Alberto Faracco e Cristóvão Tezza de “Discourse in life and discourse in art: concerning sociological poetics”. In: (1976) *Freudianism*. New York: Academic Press – mimeo, 2000.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

BONINI, A. *O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais*. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

CRISTÓVÃO, A. *Fazendo gênero em jornalismo: os projetos editoriais da Folha de S. Paulo em perspectiva dialógica*. Tese de doutorado. Araraquara: Unesp, 2011.

DISCINI, N. *O estilo nos textos. História em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, J. L. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1997.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral de redação*. 2.ed. São Paulo:[Publifolha], 1987.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. *Projetos Editoriais*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/conheça/linha_editorial>. Acesso em 17/01/10.

FOLHA DE S. PAULO.. Projeto Editorial 1981 .Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheça/linha_editorial.shtml >. Acesso em 25/05/2010.

FOLHA DE S. PAULO. Projeto Editorial 1984 .Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml >. Acesso em 25/05/2010.

FOLHA DE S. PAULO. Projeto Editorial 1985-1986 .Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml >. Acesso em 25/05/2010.

FOLHA DE S. PAULO. Projeto Editorial 1986-1987 .Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml >. Acesso em 25/05/2010.

FOLHA DE S. PAULO.. Projeto Editorial 1988-1989 .Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml >. Acesso em 25/05/2010.

FOLHA DE S. PAULO. Projeto Editorial 1997. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml >. Acesso em 25/05/2010.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

LAGE, N. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 2003. Série Princípios.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, C. E. L. da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

Artigo recebido em outubro de 2012.

Artigo aceito em outubro de 2012.